



Diário ficial do MUNICÍPIO

ANO 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCIONÍLIO SOUZA

A Prefeitura Municipal de Marçionílio Souza, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

PORTARIA N° 108/2023 DE 10 DE OUTUBRO DE 2023: Portaria regulamenta classificação, reclassificação e nivelamento de alunos da Rede Pública Municipal de Marçionílio Souza e dá outras providências.



O título e descrição deste documento foram gerados automaticamente utilizando tecnologias de IA (Inteligência Artificial) a partir do conteúdo do arquivo fornecido.



LEI N° 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei n° 12.527/2011 regulamento o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os Três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Pública. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por ela recebidos.

Gestor: Hermínio José Oliveira Mercês

Editor: Ass. de Comunicação PM Marçionilio Souza - BA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCIONÍLIO SOUZA



Gerado automaticamente
através de www.publisol.com.br





PORTARIA Nº 108/2023 DE 10 DE OUTUBRO DE 2023

“Regulamenta, define normas e padrões sobre o procedimento de classificação, reclassificação e nivelamento de alunos da Rede Pública Municipal de Marcionílio Souza e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Marcionílio Souza - BAHIA, no uso de suas atribuições legais e disposição da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº. 9.394/96; CONSIDERANDO o disposto no Parecer CNE-CPN nº. 15/2020 e 19/2020; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº. 50/2020 e Parecer 99/2020 do CEE; CONSIDERANDO a necessidade de organização da Rede Municipal de Ensino deste Município; CONSIDERANDO a necessidade de realização de classificação e reclassificar dos alunos da Rede Municipal de Ensino deste Município.

RESOLVE:

I. Capítulo I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O processo de classificação e reclassificação, visa promover adequação dos alunos quando ao nível de aprendizagem correspondente ao ano/série e modalidade, tem a finalidade de garantir o direito fundamental a educação, com a mínima qualidade aos alunos da Rede Municipal deste Município, considerando a necessidade de desenvolvimento integral do sujeito, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e meios para progredir nos estudos posteriores.

§1º - A Classificação é o procedimento para posicionamento do aluno a partir de avaliação, pelas unidades escolares para definição de série ou etapa, considerado a idade, competências, habilidades, maturidade e a garantia de qualidade mínima da educação municipal.

§2º - A Reclassificação é o procedimento que permite o reposicionamento do aluno, a partir de sua avaliação, de acordo com a sua idade, experiência, nível de desempenho ou conhecimento, competências, habilidades, maturidade e experiência, feita pela escola, tendo como base as normas curriculares estabelecidas, podendo alocar o aluno na série ou etapa adequada a sua realidade educacional.





Art. 2º - As Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino deste Município estão obrigadas a promover avaliação diagnóstica dos alunos, prazo de até 30 dias, da realização da matrícula de alunos novos.

II. Capítulo II – Da Classificação

Art. 3º - A classificação dos alunos da rede municipal é o procedimento que a instituição de ensino adota, no Regimento Escolar, diretrizes curriculares e na Proposta Pedagógica, para posicionar o aluno na etapa ou ano/série de estudos compatível com a idade, experiência, maturidade, desempenho e competências, adquiridos por meios formais e informais, podendo ser realizada a qualquer momento do ano letivo para alunos oriundos de outras unidades escolares, de qualquer rede de ensino, seja do mesmo ou de outro município, estado ou país.

§1º - O processo de Classificação deve ser realizado quando o aluno for recebido pela escola, e se o mesmo for classificado para ano ou série diferente, de acordo a idade e competência, será registrado na classe correta para a qual foi classificado no Educacenso, Secretaria da Escola e registros escolares.

§2º - A classificação de que trata esta Portaria, dependerá de avaliação dos conteúdos do Referencial Municipal Curricular em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, mediante avaliação diagnóstica e relatório consequente.

§3º - A classificação do estudante sem escolarização anterior ou transferido sem o devido registro de escolarização será obrigatória, mediante adequação à proposta pedagógica da instituição de ensino e consonância com Regimento Escolar.

§4º - O procedimento de classificação poderá ser realizado por necessidade do ensino, mediante ato da Escola, mas também por pedido escrito do aluno interessado ou de seus responsáveis legais, sempre que estiver caracterizada uma situação de defasagem idade/série.

III. Seção I - Da Promoção

Art. 4º - Entende-se por promoção a passagem do aluno para o ano, série, etapa, estágio ou ciclo subsequente, desde que tenha alcançado os requisitos mínimos de competências, habilidades e requisitos da Base Nacional Curricular, devidamente acompanhado de avaliação diagnóstica, parecer simplificado de pedagogo ou psicopedagogo e relatório simplificado individualizado da unidade de ensino.





§1º - Para efeito de promoção, a pontuação atribuída a cada aluno, ao longo do período letivo considera todo o progresso alcançado em termos de crescimento individual, tomando-se por base os objetivos dos planos de estudos desenvolvidos.

§2º. É obrigatório relatório de psicopedagogo para conclusão do processo de promoção.

§3º. Após conclusão do procedimento de promoção do aluno desta rede municipal de ensino, a Secretaria de Educação encaminhará para análise e deliberação do Conselho Municipal de Educação.

IV. Seção II - Da Transferência

Art. 5º - É permitido ao aluno transferir-se a qualquer tempo de uma escola para outra, mediante fornecimento de documento ou alteração de sistema de gestão escolar de transferência e o histórico escolar dos estudos anteriores.

§1º - A transferência deve ser assinada, física ou eletronicamente, pelo Diretor e pelo Secretário Escolar e informar os atos legais da instituição e a data da expedição.

§2º - A transferência deve conter a estruturação do ano letivo da instituição expedidora, com os resultados do período estudado e o critério de aprovação adotado.

§3º - O histórico escolar e a transferência podem estar contidos em um único formulário/documento, podendo ainda ser emitido eletronicamente com assinatura digital, QR Code ou meio eletrônico de igual finalidade.

§4º - Ao expedir ou receber transferências, a escola deve adotar as providências necessárias à regularização da vida escolar do aluno, atualizando os registros escolares.

Art. 6º - A transferência deve ser expedida pela Escola no prazo máximo de 30 dias, a partir da data do requerimento do aluno ou seu responsável legal.

V. Seção III - Da Necessidade do Ensino

Art. 7º - Quando houver necessidade do ensino e dos alunos, diante de peculiaridades locais, sociais, inclusive climáticas e econômicas, o Sistema Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá realizar reclassificação e classificação por promoção ou transferência, com medidas que assegurem de forma mais adequada ao aluno ensino e aprendizagem.





VI. Capítulo III – Da Reclassificação

Art. 8º - O procedimento de Reclassificação permite o reposicionamento do aluno tanto para avanço, quanto para ajuste na ano/série, etapa ou ano adequado às competências, habilidades, desempenho ou conhecimento, idade, maturidade e experiência do aluno, diagnosticados e relatados a partir de sua avaliação, feita pela escola ou pela Secretaria Municipal de Educação, tendo como base as normas curriculares estabelecidas, podendo alocar o aluno na série ou etapa adequada a sua realidade educacional.

§1º - A Reclassificação visa a qualidade da educação e a garantia do direito fundamental dos alunos à educação com padrão de qualidade, sobretudo, no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

§2º - A Reclassificação permite a Secretaria Municipal de Educação alocar ou colocar o aluno na ano/série mais apropriada ao seu desenvolvimento, experiência idade, nível de desempenho ou de conhecimento, devidamente apurados em Avaliação Diagnóstica própria para esta finalidade, adequando-o a série/ano de escolaridade, período, etapa ou ciclo, compatível com sua condição para melhor desenvolvimento.

§3º - A Reclassificação se dará a partir da verificação de dificuldade de aprendizado, incompatibilidade ano/série com habilidades, competências, nível de desenvolvimento e experiências mínimas para a ano/série.

Art. 9º - O procedimento de Reclassificação será obrigatório nas seguintes ocorrências escolares;

- I. Ausência de registros de escolarização no ato de matrícula/admissão do aluno;
- II. Nos casos de verificação pelos professores, coordenadores ou diretores escolares em relação aos Alunos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com rendimento escolar em desacordo com o ano/série matriculado ou informado pelo aluno no ato de matrícula, observada a necessidade de correlação por competências, habilidades, nível de desenvolvimento e experiências mínimas para ano/série, independentemente da idade do aluno;
- III. No caso de alunos Educação de Jovens, Adultos e Idosos será realizado de forma processual, a partir dos relatórios, ou resultados de avaliações dos professores sobre as matérias, competências e habilidades correspondentes ao ano/série na forma da base nacional comum e referencial curricular desta Rede Municipal de Ensino;
- IV. O processo deve conter, obrigatoriamente, uma avaliação de produção de texto, preferencialmente uma redação em língua portuguesa;





V. Este processo de Reclassificação deverá ser conduzido por uma comissão de professores e coordenadores para aferição cautelosa do grau de desenvolvimento e maturidade do aluno para alocação em ano/série adequada ao melhor desenvolvimento;

VI - Também nos casos de alunos Educação de Jovens, Adultos e Idosos com frequência insuficiente para aprovação.

Parágrafo único - A reclassificação será realizada de forma processual em todo ano letivo com alocação durante o ano letivo ou no ano seguinte.

Art. 10 - Os resultados da avaliação serão analisados pela Comissão de Reclassificação, que indicará a série em que o aluno deverá ser classificado, bem como a necessidade de eventuais estudos de complementação e adaptação.

Art. 11 – O resultado será feito por meio de parecer de pedagogo ou psicopedagogo e após relatório conclusivo da Comissão, que será registrado em livro específico, assinado e homologado pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá encaminhar ao Conselho Municipal de Educação para homologação por meio de Resolução.

Art. 12 - O aluno maior de 18 anos poderá requerer a Reclassificação, mediante requerimento escrito dirigido à Secretaria Municipal de Educação.

VII. Seção II – Do Nivelamento e Adequação

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Educação, através das Escolas e conduzido pela Comissão de Calcificação e Reclassificação da Secretaria deve promover o nivelamento de todos Alunos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com aplicação de avaliação/teste e de nivelamento, por meio de avaliação escrita de conhecimentos básicos em língua portuguesa e matemática que define o nível escolar em que o aluno deve ser matriculado para dar prosseguimento aos estudos de Ensino Fundamental com desenvolvimento mínimo para avançar alfabetização plena e aquisição das competências e habilidades mínimas para o ensino fundamental.

VIII. Capítulo IV - Das Disposições Gerais e Complementares

Art. 14 - Caso a Secretaria Municipal de Educação, através das Escolas, não tenha acesso aos documentos de escolarização anterior é permitida a matrícula em qualquer ciclo, série, ano ou outra forma de organização do ensino fundamental, até conclusão do processo de classificação ou reclassificação previstos nesta Portaria.





Art. 15 - Caso a Secretaria Municipal de Educação, através das Escolas, não conclua o processo de Classificação e/ou de Reclassificação no prazo de 30 dias, o aluno será mantido em turma, ano/série indicado no início do ano letivo, até conclusão dos procedimentos, podendo ser alterado a qualquer tempo por ato da Secretaria de Educação.

Art. 16 - O procedimento de Classificação ou Reclassificação suprirá, para todos os efeitos escolares e legais, a inexistência de documentos da vida escolar pregressa, devendo a circunstância ser registrada no cadastro do aluno.

Art. 17 - A Secretaria Municipal de Educação publicará um plano de nivelamento de aprendizagem dos Alunos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para facilitar o acesso, permanência e a continuidade dos respectivos alunos no ensino fundamental, com finalidade principal de garantir a alfabetização plena, subsidiando aos alunos os elementos, competências e habilidades básicos e próprios do ensino fundamental, de forma que prossigam em seus estudos com mínima qualidade de ensino e aprendizagem, diante das flexibilidades legais para a modalidade de ensino.

Art. 18 - A Secretaria Municipal de Educação publicará um plano de adaptação de estudos e complementação de carga horária para os Alunos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para garantir o acesso dos alunos aos elementos, competências e habilidades básicos e próprios do ensino fundamental, com oferta de condições de estudo adequadas às suas necessidades e disponibilidades dos educandos, respeitando, inclusive o previsto no artigo 87, inciso II da LDBEN, com atividades complementares presenciais ou a distância complementando carga horária de estudos.

Parágrafo único - Compete à equipe pedagógica da Secretaria de Educação mensurar a quantidade de horas complementares de cada atividade desenvolvida com os educandos de forma não presencial.

IX. Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 19 - A complementação de carga horária prevista nesta portaria pode ser realizada na escola, à distância ou por meio de atendimento domiciliar com garantia de desenvolvimento mínimo e o processo de aprendizagem, com finalidade de promover seu retorno e reintegração ao grupo escolar.

Art. 20 - Em todos os processos de reclassificação, e até mesmo de classificação por ausência de documentação anterior de escolaridade, os documentos comprobatórios, avaliação de habilidades e conhecimentos, deverão estar arquivados pela Escola na pasta do aluno e acompanhar os





assentamentos de trajetória escolar deste, sobretudo, em relação ao desenvolvimento de aprendizagem.

Art. 21 - Para operacionalizar o procedimento de Classificação dos alunos do ensino fundamental anos finais é possível implantar no turno oposto complementação de carga horária para ensino dos componentes curriculares do 6º ao 9º ano referente aos conteúdos, competências e habilidades não atingidos pelo respectivo aluno, mediante ato administrativo específico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 22 - Para o bom desenvolvimento do ensino é possível implantar sistema ou método de dependência de alguma área do conhecimento em qualquer ano/série do ensino fundamental anos finais [6º ao 9º ano], condicionando a progressão para o ensino médio à conclusão da dependência com frequência e aprovação.

Parágrafo Único - Os alunos que se encontram com dependência e aprovados na Reclassificação, serão considerados aptos à conclusão do ensino fundamental, quando concluírem o 9º ano, desde que fique comprovado que alcançou as habilidades e competências da área do conhecimento que se encontra em débito.

Art. 23 - A Secretaria Municipal de Educação deverá realizar avaliação diagnóstica semestral para promoção de processo de Regularização de Vida Escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Art. 24 - Os casos omissos nessa resolução, serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação em reunião plena dos conselheiros, convocada para esta finalidade.

Art. 25 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de outubro de 2023.

Hermínio José Oliveira Mercês

Prefeito Municipal

Sonia Maria de Souza Ramos

Secretária Municipal de Educação

